

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23475.001717/2025-54

### Pregão Eletrônico SRP Nº 90578/2025

**Objeto:** Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao refeitório do IFC Campus Blumenau, Campus Fraiburgo, Campus Luzerna, Campus Ibirama, Campus Rio do Sul, Campus Santa Rosa do Sul e Campus Sombrio.

### DECISÃO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A Pregoeira, no exercício das suas atribuições designadas pela Portaria Nº 115/2025 - GAB/LUZ, de 04 de junho de 2025, com fundamento no inciso LX do art. 6º e parágrafo 1º do Art. 8º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2001, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam, suas considerações e decisão acerca do Recurso interposto pela Empresa, B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 52.496.119/0001-09, no Pregão Eletrônico SRP Nº 90578/2025, em face da aceitação da proposta da empresa PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38 no item 75 do certame.

#### 1) DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET

Foi registrada no Sistema Comprasnet intenção de recurso pela Empresa B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 52.496.119/0001-09, registrada no dia 11/11/2025 às 09:40 e no dia 12/11/25 às 08:33 para o Item 75.

#### 2) DO REGISTRO DAS RAZÕES DE RECURSO

A recorrente manifesta a intenção de recurso via sistema no item 75, de imediato, conforme art. 165, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021 e registrou as razões recursais no prazo de 3 (três) dias úteis conforme inciso I do art. 165 da mesma Lei, portanto, preenchendo os requisitos de aceitação e merecem ter o mérito analisado.

#### 3) DAS RAZÕES DO RECURSO

A íntegra do recurso pode ser consultada na plataforma gov.br/compras, bem como no site institucional, na seção de licitações e contratos: <https://licitacoescontratos.ifc.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos-2025/pregoes-eletronicos-2025/pregao-eletronico-srp-n-90578-2025luzerna-aquisicao-de-materiais-e-equipamentos-destinados-ao-refeitório-do-ifc-campus-blumenau-campus-fraiburgo-campus-luzerna-campus-ibirama-cam/>

Em síntese, a empresa **B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 52.496.119/0001-09** alega que o produto ofertado pela empresa **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38**, identificado como **balmak/quick33b**, **não atende às especificações técnicas exigidas pelo edital**, o qual requeria **display LCD**, mas a empresa **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38** ofertou com display LED.

Argumenta que:

- A especificação é clara e obrigatória ("**deve ser LCD**"), não permitindo alternativas.
- O produto ofertado pela concorrente **não atende ao edital**, violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
- Aceitar proposta em desacordo prejudica a isonomia entre licitantes.
- Solicita que o pregoeiro realize eventual **diligências** para confirmar a incompatibilidade do produto com as exigências.
- Requer a **desclassificação** da concorrente e a revisão dos atos praticados.
- A manutenção da classificação configuraria ilegalidade e poderia gerar responsabilização da Administração.

Ao final, a B.D.R. pede o **provimento do recurso** para afastar a empresa concorrente do item 75 e evitar futura judicialização.

Por fim, requer a **desclassificação da proposta da empresa PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA , CNPJ:05.364.996/0001-38**, evitando futura judicialização e o chamamento da próxima classificada.

#### 4) DAS CONTRARRAZÕES DOS RECURSOS

A empresa **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA , CNPJ:05.364.996/0001-38** defende que o modelo ofertado (Balmak Quick33B) possui **display LED** porque essa é a **versão comercial padrão** fabricada e disponibilizada no mercado. Argumenta que:

- O fato de o edital mencionar “visor LCD” não significa que a versão LED seja automaticamente inadequada.
- Não foi demonstrado pela recorrente que o LED prejudica a finalidade do equipamento ou compromete sua leitura, durabilidade ou uso.
- Em licitações, admite-se **equivalência técnica**, desde que a função seja atendida — o que, segundo a defendente, ocorre com o LED.
- Antes de qualquer desclassificação, a Administração **deveria realizar diligência técnica** para verificar a equivalência do visor.
- A desclassificação automática violaria os princípios do contraditório, ampla defesa e julgamento objetivo.

A empresa solicita ao final que seja negado o **provimento** ao recurso da B.D.R.; que seja mantida sua desclassificação e caso seja necessário, seja realizado **diligência técnica** para confirmar que o LED atende funcionalmente ao edital.

#### 5) DA ANÁLISE TÉCNICA

Encaminhado o recurso e a contrarrazão à equipe técnica que analisou as propostas do Instituto Federal Catarinense, foi emitido parecer técnico no qual consta que:

*“Analisando o recurso, onde é questionado que a empresa vencedora ofertou uma balança com LED e não com cristal líquido LCD, constatamos que realmente o recurso procede. Houve erro material e deixamos passar este detalhe. Analisando então, a oferta do vencedor, constatamos que a balança ofertada é com LED e não com LCD, não atendendo desta forma nossa especificação. Tendo em vista que tivemos um número muito grande de análises de itens, acabamos aceitando este item sem estar de acordo com nossa especificação, mas podemos sanar o vício por acatar o recurso. Nossa escolha pelo LCD foi pensando principalmente em:*  
*- precisão e alta visibilidade, pensando aqui em ambientes claros;*  
*- economia;*  
*- fácil comunicação com sistemas e impressoras;*  
*- facilidade de manutenção.*  
*Resumindo: a escolha da balança de LCD se mostrou mais adequada basicamente porque foi devido à sua eficiência energética e boa visibilidade sob luz ambiente. Que no nosso uso será em refeitório, onde teremos um ambiente muito iluminado.*  
*E não menos importante, a balança com lcd também é encontrada facilmente no mercado”*

A equipe técnica concluiu, portanto, que o produto apresentado pela **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA , CNPJ:05.364.996/0001-38** não atende integralmente às especificações técnicas do edital, motivo pelo qual recomendou a revisão da decisão de aceite e a consequente desclassificação da proposta do item 75, com chamamento da próxima classificada.

#### 6) DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Desde a abertura até o encerramento da sessão pública, a Administração Pública reafirma seu inabalável compromisso com a seleção da proposta que melhor atenda ao interesse público e assegure também a vantagem para o erário.

Foi interposto recurso administrativo pela empresa **B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 52.496.119/0001-09**, o qual foi devidamente recebido, processado e analisado dentro dos prazos legais, assegurando-se o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Também foi cadastrado a contrarrazão pela empresa **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38**, qual também foi devidamente recebido, processado e analisado dentro dos prazos legais, assegurando-se o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Informo que o relatório de julgamento e habilitação do item 75, das conversas e solicitações feitas à empresa, **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38**, além das propostas apresentadas pela mesma, pode ser consultada na plataforma gov.br/compras, bem como no site institucional, na seção de licitações e contratos: <https://licitacoescontratos.ifc.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos-2025/pregoes-eletronicos-2025/pregao-eletronico-srp-n-90578-2025luzerna-aquisicao-de-materiais-e-equipamentos-destinados-ao-refeitorio-do-ifc-campus-blumenau-campus-fraiburgo-campus-luzerna-campus-ibirama-cam/>

Diante do exposto, acolho o parecer técnico reconhecendo que o produto ofertado pela empresa **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38**, não atende aos requisitos técnicos exigidos no edital.

Referente ao pedido de eventual diligência da empresa **B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 52.496.119/0001-09**, não será realizada pois a empresa apresentou proposta e catálogo do produto, não tendo como a mesma mudar o produto ofertado.

Referente ao pedido de eventual diligência da empresa **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38** para realizar diligência técnica para verificar a equivalência do visor, não acatamos pelos motivos que serão descritos a seguir.

A descrição técnica do item foi amplamente divulgada, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Após sua publicação, qualquer alteração das especificações somente seria possível antes da abertura da sessão pública, conforme previsto nos arts. 164º (impugnação ao edital) e 5º (vinculação ao edital), além do item 13 do Edital.

Não houve impugnação tempestiva por parte de licitantes, tampouco pedido de esclarecimento visando modificar a característica do visor. Assim, presume-se que todos os participantes concordaram integralmente com as regras do edital, conforme as declarações registradas no sistema.

Nos termos do art. 5º da Lei 14.133/2021, é vedado à Administração alterar critérios e especificações após a abertura da sessão, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da competitividade e da segurança jurídica, além de configurar indevida modificação das condições originais do certame.

O edital foi claro ao exigir, de forma taxativa, que o visor “deve ser LCD”. A proposta da recorrida apresenta equipamento com visor LED, característica não prevista e não admitida pelo edital.

Ainda que a recorrida tenha alegado possível equivalência técnica, a Administração não pode admitir características distintas daquelas expressamente previstas, salvo se houvesse previsão editalícia de aceitação de “equivalentes”, o que não ocorreu. Sendo assim, não se pode aceitar proposta com características técnicas divergentes das especificadas.

Ademais, permitir o acolhimento de tecnologia distinta após a fase de lances violaria a igualdade entre licitantes, pois outras empresas poderiam ter participado caso o edital admitisse display LED.

Desta forma, o pedido de diligência não se mostra cabível neste caso. A diligência não pode ser utilizada para alterar características do objeto, tampouco para suprir falha técnica da proposta.

Aqui não há dúvida técnica a ser esclarecida: o edital exige LCD, e o produto ofertado não possui LCD. Logo, a questão é de conformidade com o edital, e não de esclarecimento técnico.

Determina-se, portanto, a **desclassificação da proposta da empresa PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38** para o item 75, com a consequente **convocação da próxima licitante classificada**.

## 7) DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, recebe-se o recurso interposto e dele se conhece, para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**, determinando o **retorno da sessão** para o **item 75**, a fim de proceder à **desclassificação da empresa PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA, CNPJ:05.364.996/0001-38** e à **convocação da próxima classificada**.

Ressalta-se que as justificativas apresentadas por esta Pregoeira, com o apoio da Equipe de Apoio, não vinculam a decisão da Autoridade Superior acerca da conveniência e oportunidade da manutenção ou reforma do ato. Trata-se, tão somente, de contextualização fática e documental, à luz do que consta nos autos, com paralelo às disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90578/2025, da legislação aplicável e da jurisprudência pertinente.

A presente manifestação tem, portanto, caráter subsidiário, com o objetivo de fornecer elementos à Autoridade Superior, a quem compete a análise e decisão quanto ao recurso. Caso entenda necessário, poderá ainda a referida autoridade solicitar manifestação da assessoria jurídica.

Por fim, determina-se a remessa dos autos à Autoridade Competente para apreciação, julgamento e decisão, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Luzerna, SC, 24 de Novembro de 2025.

**Pregoeira**

Portaria Nº 115/2025 – GAB/LUZ de 04/06/2025

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23475.001717/2025-54**

**Pregão Eletrônico SRP N° 90578/2025**

**Objeto:** Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao refeitório do IFC Campus Blumenau, Campus Fraiburgo, Campus Luzerna, Campus Ibirama, Campus Rio do Sul, Campus Santa Rosa do Sul e Campus Sombrio.

Acolho as razões apresentadas no Termo de Julgamento e **ratifico a decisão exarada pela Pregoeira**, julgando **PROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **B. D. R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 52.496.119/0001-09**.

Dessa forma, **determino o retorno da sessão para o item 75**, a fim de se proceder à **DESCCLASSIFICAÇÃO** da empresa **PRECISAO ABSOLUTA - BALANCAS LTDA**, **CNPJ:05.364.996/0001-38** e à **convocação da próxima licitante classificada**, conforme fundamentado.

Luzerna, SC, 24 de Novembro de 2025.

**Mário Wolfart Júnior**  
Diretor Geral IFC Campus Luzerna